



RIBEIRO, B. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Izabel Priscila Pimentel da Silva

Universidade Federal Fluminense

E-mail: belprisk@hotmail.com

**“Entre livros e armas:
Helenira Resende – Guerrilheira, sim senhor!”**

*“Ah! Moça, como foi bela nossa procura
Mesmo com tanta ilusão perdida, quebrada,
Mesmo com tanto caco de sonho
onde até hoje a gente se corta”
Alex Polari*

Helenira Resende. Um nome. Uma mulher. Uma história. Do interior paulista para a selva amazônica. Dos bancos universitários para a luta armada. Dos livros às armas (ainda que sem nunca abandoná-los). Do sonho de ser crítica de arte à guerrilha rural. Do ideal de revolução à morte prematura. Uma vida. Com início, meio e (triste) fim. Mas quem foi essa mulher? E de que contexto histórico estamos falando, no qual, em nome de ideais revolucionários, muitas mulheres (e homens) estiveram dispostos a largar o conforto e a segurança de suas casas e aderir às formas mais radicais de luta política?

No livro *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*, o jornalista Bruno Ribeiro buscou resgatar a história de vida desta jovem, sua militância política, ao longo da década de 1960, e seu engajamento na luta armada. Em formato de livro de bolso e de fácil leitura, a biografia nos introduz no contexto brasileiro dos anos 1960, quando a *revolução*, enquanto opção política e ideológica, que repercutia nas escolhas pessoais e cotidianas, estava presente no horizonte de boa parte da juventude. Os anos 1960 foram marcados, no Brasil e no mundo, pela emergência de amplos movimentos de contestação à ordem vigente, sobretudo no emblemático ano de 1968, quando milhares de pessoas tomaram as ruas de todo o mundo e abalaram, de forma avassaladora, as estruturas conservadoras tanto da direita quanto da esquerda: “Eram barricadas por toda parte: de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventura, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela parece ao alcance da mão” (REIS FILHO, 1999, p. 67).

O Brasil, desde 1964, quando um golpe civil-militar derrubou o governo democrático do presidente João Goulart, vivia sob uma ditadura que, a rigor, duraria mais de 20 anos e iria perseguir, cassar, censurar, prender, banir e matar as vozes dissidentes. Neste contexto, o cenário brasileiro seria marcado pelo surgimento de





diversos partidos/organizações revolucionárias que, julgando-se o *marco zero* de uma nova etapa histórica, defendiam que novas formas de oposição eram necessárias, em especial a *luta armada*. Estes novos ventos revolucionários encantaram muitos jovens brasileiros, que militavam no movimento estudantil e, em boa parte, aderiram às formas mais radicais de luta. Helenira foi uma destas jovens.

Sobre a trajetória de nossa personagem principal, Bruno Ribeiro, inicialmente, nos apresenta sua infância: Helenira Resende de Souza Nazareth nasceu em 19 de janeiro de 1944, em Cerqueira (SP), mas, ainda criança, mudou-se com a família para Assis, pequena cidade também no interior paulista. Desde jovem, Helenira mostrou-se uma aluna inteligente e comunicativa, além de boa atleta – o basquete e o atletismo lhe renderiam destaque nos campeonatos estudantis. Baseando-se no depoimento de sua irmã, Helenalda Nazareth, o autor destaca que, ainda bem jovem, Helenira dedicou-se aos estudos marxistas e logo se tornaria uma destacada liderança estudantil: “Foi inevitável que se tornasse fundadora e primeira presidente eleita do grêmio estudantil do colégio. Em pouco tempo, ela já era responsável pela distribuição do jornal *A Classe Operária*, em Santos (SP), onde o PC do B precisava angariar militantes” (RIBEIRO, 2007, p. 21). Contudo, não há um aprofundamento sobre a formação teórica de Helenira, nem menção a quando se deu seu ingresso no PCdoB. Da mesma forma, quando o autor destaca a militância política de Helenira já no movimento estudantil universitário, não somos informados sobre como e quando ocorreu seu ingresso no curso de Letras da Universidade de São Paulo (USP), além do texto carecer de uma análise sobre o movimento estudantil e sua importância na conjuntura nacional sessentista.¹

Em outubro de 1968, como relata Bruno Ribeiro, Helenira Resende foi presa, juntamente com cerca de 800 estudantes, quando se realizaria o XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, interior paulista. A prisão em massa, incluindo a dos principais líderes estudantis nacionais, representou um duro golpe para o movimento estudantil, já desgastado e em claro declínio. Após a prisão, Helenira foi levada para o Presídio Tiradentes e, logo em seguida, transferida para a sede paulista do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Lá, foi interrogada e torturada pelo temido delegado Sérgio Paranhos Fleury, famoso por seus métodos violentos usados para extorquir informações dos presos políticos. Helenira teria resistido bravamente à tortura e à humilhação, sem nada revelar, e nem ao menos abaixar sua cabeça, olhando fixamente para seu algoz (o que teria irritado profundamente o delegado Fleury), segundo revela Bruno Ribeiro, ainda que não mencione qual a fonte desta informação (RIBEIRO, 2007, p. 25). Do DOPS, a jovem universitária foi então levada para o Presídio de Mulheres

¹ Ao longo dos anos 1960, sobretudo em 1968, os estudantes universitários brasileiros (menos de 0,5% da população), quase todos oriundos das camadas médias, apoiados pelos estudantes secundaristas, conquistaram temporariamente a simpatia e a solidariedade da população, configurando uma mobilização inédita na história do país.





Izabel Priscila Pimentel da Silva

GENERO

do Carandiru, onde permaneceu presa por dois meses e foi libertada graças a um *habeas corpus*, conseguido pela advogada de sua família.

Helenira até então se dividia entre as aulas na universidade, o trabalho de professora de português em duas escolas estaduais e a militância política no movimento estudantil universitário, à frente do Centro Acadêmico de Letras da USP e ligada às fileiras do PCdoB. Em 1969, sua destacada atuação estudantil lhe valeu a eleição como uma dos vice-presidentes da União Nacional dos Estudantes.² Entretanto, com o refluxo do movimento estudantil e a exacerbação da repressão, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional nº 5, quase todas as lideranças estudantis e os que compunham a chamada “massa avançada” – que já militavam em organizações comprometidas com a idéia da luta armada – passaram à militância política além das fronteiras escolares, convertendo-se às ações armadas e abandonando, paulatinamente, o movimento estudantil. Este também foi o caminho escolhido por Helenira: com forte base teórica marxista e resistência física de atleta, alistou-se como voluntária nas fileiras revolucionárias do PCdoB e logo estaria vivenciando o dia-a-dia da luta armada no campo. A jovem universitária, amante dos livros e das artes, era agora uma guerrilheira.

O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1962, tinha optado por não se envolver nas ações armadas urbanas, nas quais diversas organizações revolucionárias estavam imersas, permitindo que “a organização se preservasse relativamente das investidas policiais, o que lhe deu melhores condições de realizar o sonho de tantos outros grupos: deflagrar a guerrilha rural” (RIDENTI, 1993, p. 227). O local escolhido para o foco dos trabalhos guerrilheiros foi a região do Araguaia, no sul do Pará e parte do Maranhão e Goiás, atual Tocantins. Para esta área de atuação – que incluía milhões de quilômetros das matas amazônicas – foram deslocados, desde 1966, membros do partido, em especial ex-militantes estudantis muito visados pela polícia nas cidades. Entre eles, estava Helenira Resende, que chegou ao local por volta de 1969.

Em seu livro, Bruno Ribeiro nos transporta para o interior do Araguaia e passamos a conhecer o cotidiano dos guerrilheiros: acordavam cedo, labutavam na terra de sol a sol, plantavam e colhiam o próprio alimento, faziam treinamento militar na mata e ainda reservavam tempo para o aprofundamento dos estudos marxistas. Helenira e seus companheiros deveriam assentar-se como moradores comuns, integrando-se à população local. Inicialmente, não desenvolveram atividades políticas, mas assistiam os moradores da região, com projetos de alfabetização, assistência médica e sanitária.

² O XXX Congresso da UNE foi realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1969, sob rígida clandestinidade, contando com a participação de poucos delegados. Jean Marc van der Weid foi eleito presidente da entidade. Com a sua prisão, em setembro de 1969, Honestino Monteiro Guimarães, um dos vice-presidentes, ocupou a presidência. A 30ª gestão da UNE foi extinta em 1973 com a prisão/assassinato/desaparecimento de Honestino e demais membros da diretoria. A UNE só seria reconstruída já ao final da década, em 1979, no Congresso de Salvador.





As artes continuavam a ter espaço na vida de Helenira: a jovem culta e inteligente organizava saraus de música e poesia. Corpo e mente são, como a revolução requeria, acreditava ela. Com o tempo, os guerrilheiros foram conquistando a confiança e a simpatia dos camponeses locais. Helenira, que usava o codinome de Fátima, tornou-se madrinha de muitas crianças, enquanto outras tantas recebiam seu nome, como sinal de gratidão pelos serviços prestados à comunidade.

Enquanto os trabalhos de “conscientização política” dos camponeses ainda eram rudimentares, a presença do PCdoB, na área, foi descoberta pelos órgãos repressivos e, “antes do tempo previsto, os guerrilheiros se viram obrigados a entrar na floresta e se preparar para os combates” (RIBEIRO, 2007, p. 37). No dia 12 de abril de 1972, o Exército enviou tropas ao Araguaia. Chegara a hora dos combates. Embora os guerrilheiros fossem numericamente inferiores e com poder de fogo em menor escala, o Exército levou mais de dois anos e três campanhas militares para liquidá-los. Helenira morreu em 29 de setembro de 1972. Fazia guarda, junto a um companheiro (Nunes), no alto da mata, quando foi surpreendida por um grupo de militares: Nunes conseguiu fugir mata adentro, Helenira atirou e matou dois soldados do grupo. Mesmo após ser atingida por uma rajada de metralhadora nas pernas, não se rendeu e só “tirou o dedo do gatilho quando as balas acabaram” (RIBEIRO, 2007, p. 61). Foi torturada e assassinada com golpes de baioneta na cabeça. Poucos combatentes sobreviveram: foram caçados, com requintes de crueldade. Mesmo depois de presos, foram assassinados e seus corpos esquartejados, exibidos em lugares públicos e enterrados em locais até hoje desconhecidos. Os militares, que também ocultaram documentos oficiais e de esquerda sobre a guerrilha, ainda mantêm o silêncio sobre os acontecimentos do Araguaia.

Ainda que Bruno Ribeiro afirme que “as forças guerrilheiras tinham o apoio e a simpatia das massas” (RIBEIRO, 2007, p. 49), é importante relativizar este apoio, pois, se é certo que os camponeses do Araguaia forneceram alimentos, calçados, roupas e guiaram os guerrilheiros – seus vizinhos bondosos e solidários – pelas matas, tendo, inclusive, sido alvo da brutal repressão militar, também é certo que, em grande parte, este apoio representava, como destaca Ridenti, um “gesto de simpatia, de solidariedade humana, de quem estava ‘torcendo’ pelos guerrilheiros, não de quem se identificava politicamente com sua luta, ainda que haja notícia da adesão de um ou outro lavrador às fileiras da guerrilha” (RIDENTI, 1993, p. 235). Além disso, ao longo de seu livro, Ribeiro associa a luta armada dos anos 1960-1970 no Brasil à defesa de valores democráticos. Contudo, vale ressaltar que os grupos de esquerda armada não desejavam o mero retorno da democracia existente no pré-64, encarada por eles como um valor burguês e liberal. Lutavam por uma *pátria socialista*, cuja concepção e os métodos para alcançá-la variavam segundo cada organização. Por último, ao contrário do que sugere o autor, a luta armada no Brasil não nasceu como conse-

392 Niterói, v. 8, n. 2, 389-394, 1. sem. 2008





Izabel Priscila Pimentel da Silva

GENERO

qüência das perseguições políticas desencadeadas pela ditadura, como se as esquerdas revolucionárias só tivessem pegado em armas, motivadas pelo próprio regime, que tornou inviável qualquer oposição democrática. As propostas de luta armada – ainda que, muitas vezes, sob o eufemismo de *ação revolucionária* – já figuravam no seio dos partidos/organizações revolucionárias antes mesmo do golpe de 1964, inclusive no PCdoB, que deflagraria a guerrilha do Araguaia anos depois.

A biografia escrita por Bruno Ribeiro se encerra com uma bela carta do autor dedicada a Helenira Resende, ressaltando seus ideais revolucionários e sua coragem de lutar radicalmente por eles. Neste sentido, a coleção “Viva o povo brasileiro”, da editora Expressão Popular, da qual faz parte a biografia aqui analisada, tem por objetivo resgatar a trajetória de alguns personagens que se destacaram na história do país, “a maioria dos quais esquecidos intencionalmente ou apenas ‘escondidos’ e fugazmente vislumbrados nas dobras das páginas das histórias oficiais” (EXPRESSÃO POPULAR, [200-]). Ao trazer à luz a história de vida de Helenira Resende e seu engajamento político, Bruno Ribeiro também destaca o papel que as mulheres guerrilheiras exerceram não só no combate à ditadura, mas também na contestação ao papel tradicionalmente destinado às mulheres na sociedade: mães, filhas, donas-de-casa, restritas ao espaço doméstico. Ainda que a participação feminina na esquerda armada brasileira não fosse “motivada pela problemática do papel das mulheres e de seu *status* na sociedade brasileira” (BASTOS, 2007, p. 45), estas guerrilheiras lançaram as bases para o movimento feminista, que eclodiria no Brasil na segunda metade da década de 1970.

Helenira Resende de Sousa Nazareth – mulher, inteligente, culta, revolucionária, guerrilheira. Ao narrar sua trajetória, Bruno Ribeiro reconhece que seu nome não aparece nos compêndios de história. Neste sentido, seu livro é uma tentativa de reverter esta situação e apresentar, às gerações futuras, as escolhas revolucionárias que envolveram a vida (e a morte) de centenas de jovens no Brasil das décadas de 1960 e 1970. Contudo, Helenira e seus companheiros guerrilheiros “não foram vítimas desta história – foram protagonistas. Suas escolhas os levaram ao afastamento e à morte. Não um afastamento desejado, não uma morte desejada. Mas uma conseqüência possível e conhecida das suas opções” (CASSAL, 2001, p. 112). Helenira Resende representa uma parcela significativa da esquerda brasileira que, vislumbrando sua “utopia revolucionária”, decidiu tomar nas mãos o comando do processo histórico, disposta a construir o paraíso (socialista), *aqui e agora*.

(Recebido em junho de 2007 e aprovado para publicação em julho de 2007.)





Referências

BASTOS, N. S. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil anos 1960-1980*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CASSAL, Alex Barros. Lamarca e Iara. *Cadernos AEL: tempo da ditadura*, Campinas, SP, v. 8, n. 14-15, p. 97-113, 2001.

EXPRESSÃO popular. [200-]. Disponível em: <www.expressãopopular.com.br/shopping.asp?id=4>. Acesso em: 18 jul. 2007.

REIS FILHO, D. A. 1968, o ano curto de todos os desejos. In: GARCIA, M. A.; VIEIRA, M. A. *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

RIBEIRO, B. *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

